

Eleitos devem perder sigilo

O deputado Roberto Magalhães também deverá incluir no seu relatório final a proposta de quebra de sigilo bancário e fiscal obrigatório para todos aqueles que tiverem mandato. A sugestão que Magalhães fará foi inspirada no projeto proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB/RS) e que acabou não sendo aprovado.

A idéia de Magalhães é que a partir do momento em que o político for diplomado ele passa a ter seus sigilos bancário e fiscal quebrados até o dia em que terminar seu mandato: "Acho que o sigilo deve ser aberto desde vereadores até o presidente da República", explicou.

Logo após o relatório, o deputado ou algum outro membro destacado da CPI fará o projeto de lei que será submetido à apreciação do Congresso: "Vamos usar o emblema da CPI para dar mais força a essa idéia", disse Magalhães.

O relator explicou também que no projeto será pedida a quebra do sigilo dos ministros, mas isso não fará parte do relatório.